



BASTA DE COMPROMISSOS QUEREMOS SOLUÇÕES

A Federação reuniu no passado dia 14 de novembro com o Presidente do Conselho Diretivo (CD) da AIMA, I.P., tendo solicitado informação sobre as medidas em curso para a resolução dos problemas que afetam a Agência, sublinhando-se que persistem muitos dos problemas e dificuldades.

DA RESOLUÇÃO DAS DIVERSAS MATÉRIAS:

→ FALTA DE TRABALHADORES

Continua a ser sentida, nomeadamente em setores de maior pressão, como nos é relatado por trabalhadores.

O Presidente considera que os recursos humanos na AIMA não são uma problemática, tendo em conta que o saldo é positivo (entre entradas e saídas), com tendência a melhorar aquando da conclusão dos concursos em aberto e a abertura de novos.

Afirmou que a abertura de vagas a termo incerto foi a *estratégia possível* para que, sendo futuramente abertos concursos para contrato de trabalho por tempo indeterminado, possa ser dada prioridade aos trabalhadores que já tinham contrato anterior.

Foi prestada informação sobre a admissão de pessoal em curso (concursos):

- Regime de contrato de trabalho em funções públicas **por tempo indeterminado** (RCTFP):
 - 65 postos de trabalho para Técnico Superior (TS)
 - concurso interno / Bolsa de Emprego Público (BEP)
 - já iniciaram funções 25 trabalhadores;
 - 80 vagas para Assistentes Técnicos (AT)
 - há autorização para reabrir o concurso externo (RCTFP) de vagas remanescentes, referentes a concurso suspenso do ex-SEF;
- Regime de contrato de trabalho em funções públicas **a termo incerto**:
 - 220 vagas para TS;
 - 80 vagas para AT.

Ainda que se trate de *estratégia*, a Federação rejeita-a liminarmente e reiterou que a contratação de pessoal para funções permanentes tem de ser feita com vínculo permanente, não se admitindo que seja o próprio Estado a usar a precariedade para fazer face às necessidades de pessoal!

→ ORIENTADORES/RESPONSÁVEIS DAS LOJAS

É urgente remunerar as funções dos “Orientadores” das Lojas que exercem funções inerentes à de coordenação.

Colocámos esta situação: sabendo que existem apenas 12 Coordenadores para as 32 Lojas, significa que 20 Lojas estão a ser coordenadas por *Orientadores*, sem a devida compensação pecuniária.

E, mais uma vez, o Presidente comprometeu-se em encontrar uma solução que, até à alteração da Lei Orgânica, poderá passar pela atribuição de um suplemento.

→ INTEGRAÇÃO DOS MEDIADORES SOCIOCULTURAIS

Exigimos a alteração dos protocolos/contratos com as IPSS e as ONG que se arrasta desde maio, a atualização e valorização salarial e o pagamento de trabalho extraordinário.

Fomos informados que todos os protocolos já estavam revistos e uniformizados nos valores dos vencimentos dos mediadores (de acordo com a tabela das carreiras gerais da Função Pública), com direito a retroativos desde maio/2025, mas que há instituições que ainda não assinaram o protocolo. Será feita informação do CD para que se processem os pagamentos, com efeitos a partir de maio, considerando que o dinheiro já foi transferido.

→ DO TRABALHO SUPLEMENTAR NÃO PAGO

A Federação afirmou que os protocolos têm de incluir a garantia do pagamento do trabalho suplementar quando os trabalhadores são chamados a fazê-lo, sendo inaceitável que o façam gratuitamente!

O Presidente assumiu que irá tomar medidas para que todos os trabalhadores que fazem horas suplementares as recebam.

- Os trabalhadores que sejam chamados a fazer horas suplementares **têm de pedir por escrito a autorização para o respetivo pagamento**. Se necessitarem de apoio contactem o vosso Sindicato.

→ REIVINDICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DOS MEDIADORES SÓCIO-CULTURAIS (TS E AT)

Reafirmação da exigência de abertura de processo de integração, similar ao anterior PREVPAP. Porque há anos que os trabalhadores estão a exercer funções permanentes! E não se trata, nem acontece, por falta de vontade política: se o CD considera esta medida justa, tem de o reivindicar junto da tutela e do governo, defendendo os trabalhadores que lidera!

Mantendo a sua posição, o Presidente informou que o que conseguiu da tutela foi apenas a aprovação da abertura de concursos externos para contratos de trabalho a termo incerto, acreditando que esta estratégia possa resultar em futuras integrações.

A Federação reafirma que é uma decisão que cada um tem de tomar – se concorrem às vagas a concurso para contrato a termo incerto em funções públicas ou se se mantêm com o contrato com a Instituição porque estamos perante uma situação que nada garante a futura integração, que só aconteceria se os concursos fossem direcionados especificamente, como reivindicamos!

OUTROS ASSUNTOS

Gozo de Férias – denunciámos a impossibilidade em fazer transitar dias de férias, não gozados no ano anterior, resultante do aumento de trabalho e exigimos que o CD reponha a legalidade;

Respeito pela privacidade – denunciámos a obrigação em registar as ausências em calendário Outlook, visível a todos, sendo ilegal tal obrigação;

Abono para falhas – mais uma vez, manifestámos a urgência de autorizar o pagamento do abono aos trabalhadores que recebem e têm valores à sua guarda.

→ COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO AOS UTENTES

Existência de graves problemas na informação a prestar aos utentes, dada a total falta de comunicação interna

A Federação voltou a questionar o CD da AIMA sobre a necessidade de tomada de medidas urgentes para melhorar a comunicação interna e que forneçam formação com qualidade aos trabalhadores.

Exigimos informação sobre a existência de um centro de contacto, já em funcionamento, **da operadora de telecomunicações NOS** e afirmámos que não é a externa-

lização do serviço que vai resolver o problema, nem a forma pouco clara como este processo de externalização foi concretizado.

Assumindo que se trata de um projeto piloto, que poderá vir a resultar na externalização total do centro de contacto, o Presidente reconheceu a existência de debilidades, mas que ainda não conseguiu a resolução de todos os problemas.

Manifestámos o nosso total desacordo com a externalização, tratando-se de um serviço público que tem de ser prestado diretamente pelo Estado, na estrita responsabilidade pelas informações a prestar aos utentes da AIMA.

Todos estes atropelos serão aprofundados com a aprovação das medidas que o governo pretende fazer com a alteração da legislação laboral, resultando num retrocesso social sem precedentes.

E os trabalhadores da AIMA não estão excluídos deste ataque – quer tenham vínculo à Função Pública ou ao Setor Social!

A CGTP-IN convocou para dia 11 de dezembro uma GREVE GERAL, em resposta à imposição deste Pacote Laboral – um conjunto de mais de 100 medidas com as quais o governo quer retirar ainda mais direitos aos trabalhadores!

É POR ISSO QUE É FUNDAMENTAL QUE TODOS SE JUNTEM À GREVE GERAL!

Só uma grande resposta dos trabalhadores condicionará a ação do governo e as políticas que tenta impor! Foi assim no passado, com a reposição das 35 horas, com aumentos salariais, com a conquista de direitos e, desta vez, não será diferente!

TODOS À GREVE GERAL CONVOCADA PELA CGTP PARA DIA 11 DE DEZEMBRO

CONTRA O PACOTE LABORAL NÃO AO RETROCESSO E À EXPLORAÇÃO!

A unidade dos trabalhadores impõe-se!

→ Contacta o teu Sindicato

FNSTFPS / Dezembro / 2025

Mantém-te informado!

SINDICALIZA-TE

fpsnacional.pt



225 574 060
REDE FIXA NACIONAL
STFPN.PT

239 851 370
REDE FIXA NACIONAL
STFPCENTRO.PT

213 193 320
REDE FIXA NACIONAL
STFPSSRA.PT